

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas
Albioma Codora Energia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Codora Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Albioma Codora Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Nossas responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
São Paulo, 31 de março de 2023

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.487	22.366
Contas a receber	5	6.337	5.762
Partes relacionadas	12	500	312
Estoques	6	2.518	2.529
Adiantamento e despesas antecipadas		669	367
		36.511	31.336
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	2.941	2.295
Adiantamentos e despesas antecipadas		-	52
Investimentos	8	150	632
Imobilizado	9	97.636	81.721
Direito de uso	9	4.374	66
Intangível	9	54	105
		105.155	84.871
Total do ativo		141.666	116.207

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	10.972	11.198
Fornecedores	11	1.933	898
Partes relacionadas	12	2.877	1.726
Obrigações trabalhistas	13	860	938
Dividendos a pagar	14	819	10.859
Impostos e contribuições a recolher	14	819	665
Imposto de renda e CSLL	14	663	713
Adiantamentos		35	4
Passivos de arrendamento	15	1.030	45
		19.189	27.046
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	80.989	7.079
Partes relacionadas	12	132	176
Passivos de arrendamento	15	3.670	21
		84.791	7.276
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	32.000	69.000
Reserva legal		2.709	2.026
Reserva de lucros		2.978	10.859
		37.687	81.885
Total do passivo e do patrimônio líquido		141.666	116.207

Demonstração do Resultado Abrangente
Em milhares de reais (R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.661	22.861
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
líquidos dos efeitos tributários		
Total do resultado abrangente do exercício	13.661	22.861

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais (R\$)

Histórico	Capital Subscrito	Reserva legal	Lucros a realizar	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	69.000	883	8.391	8.391	-	86.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.861	22.861
Dividendos	-	(8.391)	(8.391)	(10.859)	(1.143)	(27.641)
Reserva legal	-	1.143	-	-	-	1.143
Transferência entre reservas	-	-	-	10.859	(10.859)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.000	2.026	-	10.859	-	81.885
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.661	13.661
Dividendos (Nota 16c)	-	-	-	(10.859)	(10.000)	(20.859)
Redução de capital (a)	(37.000)	-	-	-	-	(37.000)
Reserva legal	-	683	-	-	(683)	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.978	(2.978)
Transferência entre reservas	-	-	-	2.978	-	2.978
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.000	2.709	-	2.978	-	37.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Seção A – Informações gerais
1. **Contexto operacional**
A Albioma Codora Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, sediada em Goiânia, no Estado de Goiás e tem por objeto social, o propósito específico de exercer atividades de cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor d'água, gerada a partir da fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares.
A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advanced Tower, Jardim Paulista, cidade de São Paulo.
A Companhia firmou em 22 de abril de 2015 com a Jales Machado S.A. o Instrumento Particular de Constituição de Consórcio ("Instrumento"), por meio do qual as partes reunem insumos, ativos e serviços em ambiente de consórcio para produção de vapor d'água e energia elétrica. Pelos termos do Instrumento, a Jales Machado S.A. é responsável por contribuir ao consórcio com biomassa e água bruta, entre outros, enquanto a Companhia é responsável pela contribuição de ativos industriais de cogeração e serviços de operação e manutenção. A produção resultante do consórcio é dividida entre as partes.
Em 2009, a Companhia firmou contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada, com período de suprimento de 2011 até 2026, no volume total de 87,6 GWh de energia elétrica por ano, ao preço de R\$ 144,52/MWh, corrigido anualmente pela variação do IPCA (Nota 24).
Em 2020 se deu início ao faturamento do novo contrato de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada com período de suprimento de 2020 até 2044, no volume total de 54,4 GWh de energia elétrica por ano (Nota 24).
A Companhia exportou na rede 175,5 GWh em 2022 (179,1 GWh em 2021). O volume de energia vendido em 2022 foi de 187,5 GWh (188,4 GWh em 2021). Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 11,9 GWh (9,3 GWh em 2021).
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em 31 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras**
2.1. **Declaração de conformidade**
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.
2.2. **Base de elaboração**
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico.
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais) como base de valor.
A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

2.3. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**
As seguintes alterações de normas ocorreram a partir de 1º de janeiro de 2022:
• Alteração ao IAS 16/CP27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
• Alteração ao IAS 37/CP25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
• Alteração ao IFRS 3/CP15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
• Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020
(i) IFRS 9/CP48 "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
(ii) IFRS 16/CP06 "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhoria do imóvel arrendado.
(iii) IFRS 1/CP37 "Adoção Inicial das Normas Interacionais de Relatores Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma para uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
(iv) IAS 41/CP29 "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IRCS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as outras normas IFRS.
As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.4. **Normas novas que ainda não estão em vigor**
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis", de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclareceram o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS.
1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023.
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)
Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sobre o balanço somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração ocorra após aquela data.
A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço.
Destas forma ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2022	2021
Recetta líquida	17	57.355	54.426
(-) Custo dos serviços prestados	18	(31.599)	(24.877)
(=) Lucro bruto		25.756	29.529
(+/-) Despesas/recetas operacionais			
Despesas comerciais	19	(107)	(131)
Despesas gerais e administrativas	20	(4.219)	(3.430)
Outras receitas/despesas	21	1.065	556
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		22.503	26.524
Despesas financeiras	22	(20.280)	(2.278)
Recetas financeiras	22	5.006	707
(=) Resultado financeiro líquido		(5.274)	(1.571)
= Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.229	24.953
(-) Provisão para IRPJ e CSLL diferidos			
Imposto de renda e contribuição social	23	(3.568)	(2.092)
(=) Lucro líquido do exercício		13.661	22.861
Quantidade de ações do Capital Social		76.143	76.143
Lucro por ação – em reais		0,18	0,30
Lucro líquido do exercício		13.661	22.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.229	24.953
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	9	10.874	8.603
Baixa imobilizado	9	11	525
Encargos de empréstimos e financiamentos	10	9.307	1.986
Upfront sobre financiamentos	10	(1.167)	76.143
Encargos sobre arrendamentos	15	196	3
Desconto financeiro		(11)	-
Provisão de juros sobre tributos		-	120
		36.439	36.190

Variação nos ativos e passivos operacionais:

Contas a receber	(575)	(671)
Tributos a recuperar	11	563
Estoques	(646)	(2.295)
Depósitos judiciais	(646)	(2.295)
Adiantamento e despesas antecipadas	(247)	(102)
Partes relacionadas	919	(932)
Fornecedores	1.030	110
Obrigações trabalhistas	(78)	27
Adiantamentos de clientes	31	(20)
Impostos e contribuições a recolher	154	(2.835)
Impostos sobre o lucro a recolher	(1.054)	(281)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.984	29.011
Juros pagos no período	10	(5.858)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	27.562	25.188
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	9	(26.072)
Aquisição de intangível/bens de uso	9	(16)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.088)	(5.851)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital	(37.000)	(2.128)
Dividendos	(31.718)	(16.782)
Resgate investimentos		482
Pagamento arrendamento		(530)
Captação de empréstimos e financiamentos		82.171
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(10.758)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.647	(29.361)
Aumento/(redução) líquido de caixa	4.121	(10.624)
Caixa no início do período		26.386
Caixa no final do período		26.487
Aumento/(redução) líquido de caixa	4.121	(10.624)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.
Não há histórico de perdas em caixa e equivalentes de caixa na Companhia.

Contas a receber
A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário através de contratos fornecimento até o ano de 2026, de 87.600 MW de energia elétrica por ano no ambiente de contratação regulado, ao preço de R\$ 307 por MWh (R\$ 282 MWh em 2021) e contratos fornecimento até o ano de 2044 de 54.312 GWh de energia elétrica por ano, ao preço de R\$ 399/MWh (355/MWh em 2021) corrigido pela variação do IPCA.
Perda por redução valor recuperável
A Companhia não vê necessidade de constituir a provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber de clientes, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício.
A composição por vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2022	2021
A vencer	6.837	5.762
Vencido	-	-
	6.837	5.762

Risco de liquidez
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)
Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.
A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.
As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que apresentam liquidez imediata.
O valor dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

9 Imobilizado/Intangível/Direito de uso	Máquinas, equipamentos	Edificações	Móveis e Equipamentos de comunicação	Computadores e Periféricos
Em 31 de dezembro de 2020	68.246	9.954	117	53
Aquisições	582	-	15	14
Transferências	599	-	-	-
Ajustes inventário	(762)	(2.034)	10	63
Depreciações do exercício	(6.759)	(706)	(23)	(17)
Em 31 de dezembro de 2021	61.906	7.214	119	113
Aquisições	350	-	206	22
Baixas	(11)	-	-	-
Depreciação baixada	-	-	-	-
Transferências	423	-	-	-
Depreciações do exercício	(7.577)	(908)	(20)	(49)
Em 31 de dezembro de 2022	55.091	6.306	130	86
Custo	108.853	12.968	244	200
Depreciação	(53.762)	(6.662)	(114)	(114)

Ao fim do exercício de 2022 a Companhia possuía o gerador TG3, registrado no grupo de máquinas e equipamentos pelo valor bruto de R\$ 18.683, como garantia de financiamento FCO.
(i) Imobilizado em andamento refere-se aos projetos biogás e expansão da caldeira. As transferências apresentadas nesta coluna se referem aos investimentos em ativos realizados na infraestrutura.
No início de 2022, a vida útil estimada do ativo imobilizado foi revista. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto

Contas a pagar Albioma S.A.	(c)	-	-	1.099	982	-	-
Performance Share	(c)	-	-	-	-	(144)	(343)
Finança corporativa	-	-	-	-	-	27	(38)
Venda de bagaço	-	-	-	-	1.180	-	(312)
Multa indenização	(b)	-	-	-	-	1.006	55
Aquisição de serviços	(d)	-	-	-	-	(1.397)	(1.256)
		<u>500</u>	<u>312</u>	<u>3.009</u>	<u>1.902</u>	<u>671</u>	<u>(1.892)</u>

(a) Valor a pagar para Jalles Machado referente os custos compartilhados por obrigações consorciais da safra do ano de 2021, conforme o instrumento "Regulamento do Consórcio Termoelétrico Albioma Codora", datado de 04 de agosto de 2015.

(b) Provisão de valor de R\$ 500 relativo a indenização por obrigações consorciais da safra de 2022, conforme o instrumento "Regulamento do Consórcio Termoelétrico Albioma Codora", datado de 04 de agosto de 2015, a ser quitada no ano de 2023. Após termo de quitação de maio de 2022, referente a conciliação de safra de 2021 foi atualizada a provisão para um crédito a maior de R\$ 506, totalizando a receita de R\$ 1.006.

(c) A Assembleia geral da Albioma S.A. atribuiu em 2018 um Performance Share Plan para seus colaboradores e empresas do grupo Albioma. A Companhia se beneficiou do plano "Brasil 2018", que venceu em 2020 e a Albioma S.A. atribuiu as ações com base na performance do grupo. A contraparte do custo deste plano foi faturada às empresas onde os empregados se beneficiaram em 2022. Em 31 de dezembro de 2022 ainda há quatro planos em andamento (Brasil 2019/2020/2021/2022) que possuem vigência até 2021/2022/2023/2024.

(d) Corresponsável ao Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Técnica e Financeira firmado em 04 de agosto de 2015 entre a Companhia e Albioma Participações do Brasil, para prestação pela última a Companhia de serviços nas áreas técnica, comercial, financeira, seguros, recursos humanos, e regulatória.

13 Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Salários a pagar	150	146
Empréstimos consignados	3	4
Encargos sociais	173	164
Provisões trabalhistas	534	624
	860	938

14 Impostos e contribuições a recolher

A composição dos impostos e contribuições a recolher é demonstrada a seguir:

	2022	2021
PIS a recolher (a)	34	28
COFINS a recolher (a)	155	129
ICMS a recolher	26	38
ICMS-ST a recolher	29	47
Outros	338	252
Impostos diretos diferidos	237	171
	819	665
Imposto de renda a recolher	419	477
Contribuição social a recolher	244	236
	663	713

(a) Valores referente à competência de dezembro que será paga em 2023.

15 Passivos de arrendamento

A companhia, em agosto de 2022, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) – IFRS 16 no contrato de locação das pás carregadeiras, efetuado junto a Armac, com previsão de 60 meses, utilizando da taxa de desconto de 8,61%.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	66
Contrato de arrendamento	4.968
Pagamento de arrendamento	(530)
Apropriação de despesa	195
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.699
Curto prazo	1.030
Longo prazo	3.670

16 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 32.000, totalmente subscrito. O capital integralizado está dividido em 71,142.563 (71.142.563 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas listados na tabela abaixo.

Em 17 de junho foi aprovado em assembleia extraordinária a redução de R\$ 37.000 de capital, para distribuição dos valores aos sócios.

	Em milhares de reais	
	2022	2021
Jalles Machado S.A.	11.200	24.150
Albioma Participações do Brasil Ltda	20.800	44.850
	32.000	69.000

b) Reserva legal

Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente à 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 22.861, dos quais tiveram a seguinte destinação:

Lucro líquido do exercício 2021	22.861
Reserva Legal - 5%	1.143
Dividendos distribuídos	21.718

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 13.662, dos quais tiveram a seguinte destinação:

Lucro líquido do exercício 2022	13.662
Reserva Legal - 5%	683
Dividendos antecipados	10.000

17 Receita líquida

Reserva de lucros 2.978

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	2022	2021
Ambiente de contratação regulada - ACR	48.263	43.996
Ambiente de contratação livre - ACL	9.657	10.367
CCEE	699	2.331
Venda de bagaço	1.180	-
Faturamento de energia elétrica - terceiros	59.797	56.694
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL	(215)	(223)
Impostos e contribuições sobre o faturamento (a)	(2.220)	(2.045)
	57.363	54.426

(a) Valor equivalente ao PIS e COFINS sobre o faturamento total com alíquota total de 3,65%.

18 Custo dos Serviços Prestados

	2022	2021
Insumos para produção	(973)	(447)
Movimentação de Biomassa (e)	(3.753)	(2.382)
Energia elétrica (a)	(734)	(1.879)
Serviços de terceiros	(332)	(237)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(546)	(553)
Insumos para manutenção e reparos	(2.637)	(1.749)
Serviços de terceiros (b)	(5.413)	(4.136)
Gastos com pessoal (c)	(5.168)	(4.782)
Tarifa de uso do sistema de distribuição (d)	(1.282)	738
Outros custos	(214)	(253)
Indenizações sobre safra	-	55
Ajustes de inventário	(331)	(725)
Depreciações	(10.216)	(8.545)
	(31.599)	(24.897)

(a) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 11,3 GWh por um preço médio de R\$ 59 (9,3 GWh em 2021 por um preço médio de R\$ 280).

(b) Serviços referente a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contatados no período de entressafra, ao início de cada ano.

(c) Inclui faturamento de Albioma S.A. e provisão referente ao Performance Share Plan dito "Plano Brasil" (nota 11), relativo aos exercícios de 2019 a 2022.

(d) 2021 houve a reversão da provisão de impostos sobre a TUSD da energia do mercado livre, sendo pagas judicialmente o valor de R\$ 2.295.

(e) Aumento no preço do diesel S-10 e S-500 utilizados nas pás carregadeiras.

19 Despesas comerciais

	2022	2021
Gestão e representação comercial	(89)	(99)
Outras despesas	(118)	(31)
	(107)	(131)

20 Despesas por natureza

	2022	2021
Despesas de ocupação	(143)	(130)
Utilidades	(139)	(163)
Serviços (a)	(2.306)	(2.018)
Despesas com viagem e estadia	(207)	(49)
Despesas com veículos	(146)	(127)
Depreciações	(102)	(60)
Despesas com seguros	(698)	(510)
Outras despesas	(16)	(19)
Tributos e contribuições	(474)	(353)
	(4.219)	(3.430)

(a) Conforme NE 12, contrato de prestação de serviço e assessoria técnica e financeira com controladora

21 Outras receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Indenização Jalles Machado (NE 12)	1.006	-
Venda de sucatas	42	45
Venda de bagaço	-	492
Outras receitas	17	19
	1.065	556

22 Resultado financeiro líquido

	2022	2021
--	-------------	-------------

Despesas financeiras

Juros s/ financiamento e empréstimos	(1.087)	(1.946)
Juros s/ debentures	(8.220)	-
Amortização Fees s/ financiamentos	(45)	(40)
Arrendamento de bens	(205)	(3)
Serviços de garantia	(116)	-
Custos debentures	(33)	-
Outras despesas	(574)	(290)
	(10.280)	(2.278)

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	4.757	638
Rendimento de depósito judicial	232	56
Outras receitas	17	14
	5.006	707
	(5.274)	(1.571)

Resultado financeiro

23 Imposto de renda e contribuição social do período

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral (Nota 28.9).

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas recebíveis (sistema caixa)	58.323	58.323	56.177	56.177
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	4.666	6.999	4.494	6.741
Receitas financeiras	5.006	5.006	103	103
Demais Receitas	59	59	3	3
Base de cálculo	9.731	12.064	4.600	6.847
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9%	10% e 15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	2.408	1086	1414	720
Imposto diferido	60	15	(1.230)	(628)
IRPJ/CSLL do período	2.468	1.101	184	92

Em dezembro de 2019 se deu início ao processo de recálculo tributário sobre valores tributados incorretamente entre os anos de 2016 e 2019, tendo sido finalizado e contabilizado no início de 2021 um total de ajuste a crédito de R\$ 14 para IRPJ e R\$ 5 para CSLL.

24 Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui 22 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2026, no volume total de 87.600 MWh (Nota 3), conforme abaixo:

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
AMAZONAS ENERG	8.062
CAUIA DISTRIB	11
CEAL	81
CEEE DISTRIB	465
CELG	12.307
CELPA	282
CEMAR	78
CNEE	19
COELCE	39
COPEL DISTRIB	1.292
CPFL LESTE PTA	4
CPFL PAULISTA	28.855
CPFL PIRATINGA	12.525
CPFL STA CRUZ	44
ELEKTRO	9.412
ENERGISA BO	8
ENERGISA PB	30
ENERGISA SE	3.128
ESCELSA	70
PARANAPANEMA	24
RGE	10.745
RGE SUL	118
Total	87.600

Em fevereiro de 2020 passou a ser faturado para 26 distribuidoras de energia o segundo contrato no ambiente de contratação regulado (A-5 de 2015), que atenderá demandas por energia entre 2020 e 2044 por um volume anual de 54.312 MWh (Nota 3).

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
AMAZONAS ENERG	5.778
AMPLA	2.222
BANDEIRANTE	1.776
BOA VISTA ENERG	756
CAUIA	89
CELESC DIST	1.250
CELG	4.804
CELPE	5.778
CEMAR	1.036
CEMIG DISTRIB	1.333
CNEE	133
COELBA	5.334
COELCE	1.778
COSERN	1.333
CPFL PAULISTA	1.778
CPFL SANTA CRUZ	218
ELETROPAULO	5.551
ENERGISA BO	133
ENERGISA MS	2.578
ENERGISA PB	533
ENERGISA SE	578
ENERGISA TO	622
ESCELSA	818
LIGHT	6.222
RGE DIST	1.444
SANTA MARIA	437
Total	54.312

25 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A Companhia não está prevenindo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albioma, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Biomassa	Recomposição de Registros e Documentos	8.000
Máquinas	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/ Inundação e Desmoronamento	67.923
	Danos Materiais em Linhas de Transmissão/Bens do Segurado em Locais de Terceiros	27.143
	Roubo e Furto Qualificado de Bens/Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistro/Erros e Omissões	36.000
	Pagamento de aluguel a terceiros/Remoção temporária	8.000
	Inclusões/Exclusões de Bens/ Locais e Alteração de Valores	15.000
Prédio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/Pequenas Obras de Engenharia para Ampliações, Reparos e Reformas	13.000
	Despesas Extraordinárias	15.000
	Descontaminação/Honorários de Partes	25.000
	Impedimento de Acesso – limitado a 10 kms do local de risco	8.000
	Despesas de Agilização	15.000

26 Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício de 2022 foram de R\$ 543 (R\$ 414 em 2021).

27 Eventos subsequentes

Financiamento BNDES

Em assembleia extraordinária realizada em 22 de novembro de 2022, as partes deliberaram acerca da autorização para contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"), mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, para a implantação de linha de produção de biogás a partir de vinhaça.

A emissão de Cédula de Crédito Bancário, em favor da Companhia, no valor de R\$ 11.800, dividido em Subcrédito "A" e "B". O prazo total do financiamento será de 168 (cento e sessenta e oito) meses, com carência de 36 (trinta e seis) meses e garantia emitida através de carta de fiança bancária. Os acionistas consignam que o Subcrédito "A" será no valor de R\$ 5.900 a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima, destinado à implantação de linha de produção de

biogás a partir de vinhaça, para aumento da geração de energia na unidade de Goiânia/GO da Companhia. Ademais, o Subcrédito "B", no valor de R\$ 5.900, será composto de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais, destinados ao capital de giro associado ao projeto da Companhia, para os fins descritos no Subcrédito "A".

A estimativa é receber o desembolso deste valor em julho de 2023.

Seção C – Políticas contábeis

28 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

28.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

28.2 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

28.3 Instrumentos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento acima de 12 meses da data do balanço.

b) Reconhecimento e não reconhecimento

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos na data em que foram originados, inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

28.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

28.5 Estoques

Os estoques são compostos basicamente por peças para reposição e manutenção dos equipamentos da Companhia e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

28.6 Receita operacional

A receita operacional da venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês.

28.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias;